

## O fim da história e a história da economia

Ivan Anacleto L. Borgo

Prof. aposentado do Depto. de História  
CEG - UFES

A idéia de “**fim da História**”, formulada pelo sr. Francis Fukuyama, em entrevista à “**Veja**”, não é nova do ponto de vista da História da Economia. Seus adeptos podem ser encontrados pelo menos a partir da segunda metade do século XIX. Desde logo, os argumentos de apoio a tal idéia precisam ser submetidos a uma espécie de “**dedetização**” ideológica para que possam ser levados em consideração. Especialistas que estudam a história da ciência econômica estão fartos de saber que nessa noção de “**fim de História**” existem elementos de inequívoco ranço conservador, na acepção mais negativa do termo.

Do mundo submetido a um exclusivo poder sobrenatural ao mundo vinculado à idéia de ciência e, finalmente, à História, tem-se, na área da Economia, a contrapartida de uma solução do problema econômico, baseada em pressupostos morais, no mercado e em objetivos políticos. Na sociedade ocidental, onde encontramos tais características, isso corresponde a um pensamento econômico medieval, liberal e socialista.

Stuart Mill que, em 1848, escreveu seus “**Princípios**”, provavelmente foi o primeiro a enunciar o “**fim da História**” no campo da Economia. É famosa sua catalogação das “**leis econômicas**” inelutáveis às quais a sociedade deve se submeter por se tratarem de leis tão irrefutáveis como as do mundo físico. Da mesma forma como seria absurdo acusar moralmente o raio por matar uma pessoa, não se pode acusar as leis econômicas por produzirem resultados socialmente indesejáveis. É bem verdade que o próprio Mill se encarregou de amenizar essas formulações, embora se diga que o fez sob a influência de uma certa Sra. Taylor, por quem havia se apaixonado e que tinha tendências socialistas. Registre-se, porém, que a formulação das leis econômicas no ápice do desenvolvimento da escola Clássica inglesa mantinha perfeita coerência com o princípio de “**leis naturais**” em que se alicerçavam.

É possível que nos falte ainda uma adequada perspectiva histórica para percebermos em toda sua dimensão o que representou a forma liberal de solução do problema econômico. A revolucionária idéia de que o problema econômico poderia ser resolvido **sem recorrência à autoridade** é um brilhante momento da História humana. Desenha-se a possibilidade de que o processo de individualização possa ir substituindo a noção tribal de organização da sociedade econômica e, principalmente, admitindo-se que tal processo de individualização não conduz ao caos, mas à harmonia. Esta a espinha dorsal de “**A Riqueza das Nações**”, de Adam Smith, que estabelece formas de operacionalização dessa maravilhosa novidade. O “**mecanismo de preço**” e a noção de “**preço natural**” são suas principais ferramentas. São instrumentos

valiosos na luta contra o autoritarismo. Assinale-se que a situação particular da Inglaterra àquela época facilitou a aplicação prática desses conceitos que vinham sendo cozinhados há mais tempo no mundo ocidental. Veja-se, por exemplo, o que ocorreu com os fisiocratas franceses que, afinal, foram os verdadeiros fundadores dessa estranha ciência que pregava a ordem através da liberdade. A organização social francesa do século XVIII apresentava contradições fundamentais com a idéia de liberdade do Dr. Quesnay. E isto porque tanto a nobreza como o clero ao mesmo tempo em que defendiam essa idéias, defendiam, também, seus privilégios, a monarquia absoluta e até mesmo monopólios. Portanto, nada mais contraditório e **"ideológico"** no sentido marxista. No fundo, a defesa da liberdade econômica vinha a ser apenas um engodo para conter reivindicações populares que, afinal, desaguardariam na grande revolução. O papel **"ideológico"** das classes superiores francesas ficou bastante claro quando, em 1776, Robert Turgot tentou implantar o sistema de **"imposto único"** a ser pago pela classe proprietária e foi demitido de seu cargo de ministro. O resto da história todos conhecem. Treze anos mais tarde, veio a revolução, de baixo para cima.

A variante marxista da economia clássica já foi conceituada como sendo uma **"dialética da harmonia"**, em contraposição à **"harmonia natural"** dos primeiros teóricos. Isto é, ao invés de os agentes econômicos se harmonizarem **"naturalmente"**, a idéia de que esse processo produziria elementos auto-destrutivos, especialmente em virtude da formação de oligopólios e monopólios de um lado e de miséria do outro. O equilíbrio somente seria restabelecido com a *explosão do sistema, ou seja, a harmonia somente seria alcançada através de uma perspectiva catastrófica*. Fica subjacente a noção de que a almejada **"harmonia natural"** seria tão utópica quanto o socialismo utópico.

A experiência histórica posterior mostrou que apesar de todos os percalços, as tentativas de implantação de uma sociedade econômica baseada na idéia de **"mercado"** foi mais satisfatória do que a de uma engenharia social perseguindo o bem-estar do maior número. É bem verdade que na solução de mercado houve um amargo custo social desmentindo as promessas dos fundadores do liberalismo. Em contrapartida, os construtores da **"sociedade ideal socialista"** transgrediram e ofenderam tantas conquistas humanas, que sua organização transformou-se numa sangrenta caricatura. Refiro-me especialmente à dolorosa experiência soviética.

Estamos assistindo, agora, de um lado, à formidável queda da contrafação socialista formulada por Lênin e implantada pelo despotismo de Stalin e, de outro, ao relativo triunfo do modelo baseado no mercado. Como este pressupõe

uma adaptação às **“leis naturais”**, admite-se que a História esteja excluída dos próximos lances da História Econômica. Esta me parece a posição do sr. Fukuyama expressa na aludida entrevista. Sou de opinião que existe aqui um mar de equívocos. O fracasso retumbante do **“socialismo real”** não pode ser um passaporte fácil para outras contrafações.

Lembremos que retirada da idéia liberal a noção de concorrência atomística, o conceito enfrenta fortes dificuldades. Não foi por outra razão que Smith excluiu o **“preço do monopólio”** do princípio básico de **“preço natural”**. Aliás, o principal propósito do **“mecanismo do preço”** smithiano foi precisamente o de lutar contra o monopólio. Seria assim extremamente irônico que defensores do monopólio se apropriassem das formulações básicas do liberalismo econômico para defender um princípio antagônico. A não ser que estejam trabalhando em favor de uma **“solução dialética”**...

Acredito que a História não acabou e muito menos a História Econômica. As grandes conquistas efetivadas pela proposta liberal devem ter chance de serem ampliadas para povos do mundo, que somente agora entram na História. Seria decepcionante se a porta lhes fosse fechada, com o argumento de que a História acabou. Será importante vasculhar anacronismos, tanto na proposta liberal, como na solução de **“economia de comando”**. É, por exemplo, inadmissível que se continue a falar de **“funções naturais do Estado”**. Trata-se de uma evidente categoria histórica e que nada tem de natural. A intervenção do Estado será sempre necessária para assegurar níveis de bem-estar da população, que não podem ser rebaixados, sob o argumento de que não competem ao poder público determinadas funções que precisam ser **“naturalmente”** exercidas pelo poder econômico privado. Os trabalhadores deverão ser necessariamente sócios dessa nova ordem. Do contrário, estaremos condenados a ouvir personalidades produzindo discursos **“modernizantes”** e que mal podem esconder a ponta do revólver saindo por baixo do paletó.